

# TDAH E A PATOLOGIZAÇÃO INFANTIL: CRIANÇAS SOB CONTROLE

Camila Leandro Ferreira<sup>1</sup>

Tathiana Martins de Carvalho<sup>2</sup>

## RESUMO

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma das patologias mais diagnosticadas em crianças na atualidade e com isso surge então uma lógica patologizante, na qual as crianças são categorizadas e consequentemente medicalizadas por apresentarem comportamentos divergentes ao esperado. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo geral realizar uma investigação dos artigos publicados nas bases de dados Periódicos de Universidades, *Periódicos Eletrônicos de Psicologia* (PEPSIC), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), sobre o TDAH, medicalização infantil e a patologização infantil, entre os anos de 2015 a 2019. Como objetivos específicos buscou apresentar conceitos sobre o TDAH, bem como estratégias para seu diagnóstico, estimar críticas referentes à patologização infantil, e discorrer sobre o uso do metilfenidato e suas consequências no tratamento do TDAH. Desta forma, questionou-se: Como o TDAH e a patologização infantil estão sendo retratados nos artigos publicados nas bases de dados Periódicos de Universidades, *Periódicos Eletrônicos de Psicologia* (PEPSIC), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), entre os anos de 2015 a 2019? A partir desta pesquisa pode-se perceber que a patologização está impregnada nos discursos sociais como uma forma de silenciar questões relacionadas aos aspectos sociais de forma a evidenciar os “problemas” individuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** TDAH. Patologização infantil. Medicalização Infantil.

## ABSTRACT

Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) is one of the most diagnosed pathologies in children nowadays, and with that comes a pathologizing logic, in which children are categorized and consequently medicalized, for presenting divergent behaviors from what is expected. From this perspective, this paper aims to conduct an investigation of the articles published in the University Journals (Periódicos de Universidade), Electronic Psychological Journals (Periódicos Eletrônicos de Psicologia - PEPSIC), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) databases, on ADHD Child Medicalization and child pathologization, among 2015 to 2019. As specific objectives: to present concepts on ADHD, as well as strategies for its diagnosis, to estimate criticisms related to the infant pathologization, and to discuss about the use of methylphenidate and its consequences in the treatment of ADHD. Thus, the question was: How are ADHD and child pathologization being portrayed in the articles published in the University Journals (Periódicos de Universidade), Electronic Psychological Journals (Periódicos Eletrônicos de Psicologia - PEPSIC), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) databases, from 2015 to 2019? From this research it is possible to see that pathologization is impregnated in social discourses, thus being a way to silence questions related to social aspects and highlighting individual "problems".

**KEYWORDS:** ADHD. Child pathologization. Child medicalization.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia, Faculdade Ciências da Vida (FCV). E-mail: camilaleandro18@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Psicologia (UFMG), Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Docente na Faculdade Ciências da Vida (FCV). E-mail: tathimcarvalho@gmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

A medicalização infantil está cada vez mais presente no contexto familiar e escolar. Este fato demonstra o quanto o saber médico se apropriou destes ambientes e como as individualidades de cada sujeito estão sendo classificadas em transtornos (CRUZ; OKAMOTO; FERRAZA, 2016). A necessidade em categorizar as diferenças das crianças resulta numa lógica patologizante, na qual o foco tem sido os aspectos biológicos, esquecendo-se assim que elas têm sua própria subjetividade e que estão inseridas em vários contextos, que interferem de maneira direta ou indireta nos seus comportamentos (SIQUEIRA, 2015).

A patologização infantil consiste em transformar comportamentos, atitudes e dificuldades das crianças, consideradas inadequadas, em doenças e/ou transtornos os quais devem ser tratados com uso de medicamentos. Essa categorização dos comportamentos que divergem do que é esperado pela sociedade, advém da distorção criada acerca do saber médico e científico, que muitas vezes é utilizado de maneira exacerbada, produzindo-se assim uma massificação de corpos patologizados (CRUZ; OKAMOTO; FERRAZA, 2016).

Um dos diagnósticos mais comuns entre as crianças é o de TDAH. Trata-se de um transtorno neurobiológico que se apresenta ainda na infância, progredindo durante a vida adulta. Suas principais características são a hiperatividade, impulsividade e desatenção, que causam danos funcionais nos variados contextos frequentados pela criança (SILVA; HOLANDA; XIMENES, 2017; FERREIRA; SANTOS; RIBEIRO, 2017). Segundo Novartis (2012), o tratamento medicamentoso é o método mais utilizado, sendo o Cloridrato de Metilfenidato (Ritalina) o mais popular. Ele auxilia na melhora da atenção e concentração, promovendo também uma redução nos comportamentos impulsivos.

Segundo Piovezzan *et al* (2017), na atualidade crianças que apresentam comportamentos divergentes ao esperado pelos professores cada vez mais têm sido diagnosticadas com algum tipo de transtorno, sendo o TDAH o mais visto. Diante do crescente aumento de diagnósticos de TDAH, torna-se importante investigar sobre este transtorno, bem como sobre a patologização infantil. Sendo assim, surgiu a seguinte pergunta: Como o TDAH e a patologização infantil estão sendo retratados nos artigos publicados nas bases de dados Periódicos de Universidades, *Periódicos Eletrônicos de Psicologia* (PEPSIC), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), entre os anos de 2015 a 2019?

Para responder a essa pergunta, parte-se dos pressupostos de que o transtorno é percebido como modelo organicista e também como uma construção social, que a patologização infantil se dá devido a uma padronização de comportamentos e que a partir dessa patologização há uma crescente medicalização infantil. Sendo assim, tem-se como objetivo geral realizar uma investigação dos artigos publicados nas bases de dados Periódicos de Universidades, *Periódicos Eletrônicos de Psicologia* (PEPSIC), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), sobre o TDAH e a patologização infantil, entre os anos de 2015 a 2019. Tendo como objetivos específicos: apresentar conceitos sobre o TDAH, bem como estratégias para seu diagnóstico, estimar críticas referentes à patologização infantil, e discorrer sobre o uso do metilfenidato e suas consequências no tratamento do TDAH.

Este trabalho justifica-se devido à importância de se questionar a banalização da patologização da infância na atualidade, bem como a medicalização e seus efeitos para o desenvolvimento da criança, pois ela é perpassada não somente por questões biológicas, mas também por questões biopsicossociais que influenciam direta ou indiretamente na maneira de se relacionar com o ambiente em que vive. É relevante também discutir sobre o consumo exacerbado de medicamentos por crianças, pois o uso indiscriminado pode acarretar prejuízos na vida destas, podendo estar relacionados às questões orgânicas ou inter-relacionais.

Esta pesquisa objetivou em investigar artigos publicados na base de dados de Periódicos de Universidades, *Periódicos Eletrônicos de Psicologia* (PEPSIC), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), sobre o TDAH e a patologização infantil, entre os anos de 2015 a 2019. Ela se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, de natureza descritiva, do tipo qualitativo e como método indutivo. A análise dos dados foi feita através da análise de conteúdo, conforme Bardin (2016).

Os resultados demonstram que há controvérsias sobre a conceitualização do TDAH, visto que as duas vertentes que se propõem a descrever tal transtorno se distanciam quanto a sua definição. Percebe-se também uma crítica à patologização infantil, o que corrobora com a vertente sócio histórica, a qual defende que o TDAH é uma construção social a partir de padronizações estabelecidas pela sociedade. Esta revisão retrata também como a medicalização infantil advém da patologização, uma vez que a sociedade encontra dificuldade em lidar com a diversidade nos modos de existir, procurando através do metilfenidato uma forma de enquadrar as crianças àquilo que se percebe como “normal”.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

## 2.1 TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): CONCEITOS E DIAGNÓSTICO

O TDAH é um transtorno neurobiológico que se apresenta ainda na infância e progride durante a vida adulta. Suas características principais são a impulsividade, desatenção e hiperatividade que ocasionam danos funcionais no ambiente familiar, escolar e/ou no convívio social (FERNANDES; MARCONDES, 2016; SILVA; HOLANDA; XIMENES, 2017; FERREIRA; SANTOS; RIBEIRO, 2017). Contrapondo-se ao que os autores anteriores explicitam Signor (2016), apresenta outra visão acerca do transtorno, que é a sócio histórica, a qual percebe o TDAH como uma construção social. De acordo com esta autora as questões sociais estão sendo transformadas em aspectos orgânicos, ou seja, da ordem da saúde, levando-se assim a uma medicalização excessiva dos comportamentos individuais.

Segundo o DSM-V (APA, 2014), para o paciente ser diagnosticado ele deve apresentar no mínimo 6 (seis) sintomas de desatenção e/ou impulsividade e hiperatividade, num período mínimo de 6 (seis) meses em vários ambientes aos quais convive. O DSM-V também traz uma classificação para apresentação do TDAH, sendo leve, moderada e grave, apresentando-se respectivamente com pequenos prejuízos na vida social e/ou profissional, prejuízos funcionais entre leve e grave e prejuízo intenso na funcionalidade social e/ou profissional.

De acordo com Coutinho e Correio (2018), o TDAH pode apresentar comorbidades, sendo que os transtornos de aprendizagem, personalidade e do humor e também o Distúrbio do Desenvolvimento da Coordenação (DDC) são os mais comuns. Estas comorbidades ocasionam variadas dificuldades ao paciente, pois aumentam o predomínio de complicações relacionadas ao TDAH isoladamente.

Para se diagnosticar uma criança com TDAH é importante realizar uma coleta de informações junto aos pais e professores, além de uma avaliação clínica minuciosa, para que se descartem outras possibilidades. É importante ressaltar que essa avaliação clínica seja realizada por profissionais capacitados da saúde mental, sejam eles médicos ou psicólogos, para que assim as chances de um diagnóstico correto sejam mais assertivas (FERREIRA; SANTOS; RIBEIRO, 2017).

## 2.2 PATOLOGIZAÇÃO INFANTIL

A infância começou a ter uma atenção especial por parte dos estudiosos e da sociedade a partir da transição da Idade Média para a Sociedade Moderna, em meados do século XVIII na Europa. Essas mudanças fizeram com que essa fase fosse vista como um período diferenciado da vida. Entretanto essas transformações na sociedade abriram espaço para que a medicina se introduzisse no meio familiar e ditasse o que era normal e patológico para as crianças. No Brasil estas determinações se mostram mais intensas no início do século XX (GARCIA; JUNIOR, 2015).

A partir de então crianças que apresentam comportamentos como: impulsividade, agressividade, desorganização, desatenção e dificuldades de aprendizagem estão sendo cada vez mais diagnosticadas com algum tipo de transtorno, levando-se assim a uma lógica patologizante, na qual tudo aquilo que não se enquadra aos padrões estabelecidos é considerado patológico (SILVA; HOLANDA; XIMENES, 2017; CHEFFER; RODRIGUES; CONTERNO, 2018). Essa patologização infantil advém de vários espaços como o ambiente familiar e social, sobretudo do ambiente escolar, tendo em vista que as crianças permanecem muito tempo neste local. O olhar vigilante dos professores contribui para o aumento da patologização infantil e ao mesmo tempo retira da instituição educacional a responsabilidade sobre o desenvolvimento e desempenho das crianças, pois a escola muitas vezes é inoperante frente às limitações apresentadas por estas, que podem ou não estar relacionadas à idade (SILVA; SANTOS; FILHO, 2015).

A patologização infantil traz consigo um olhar focado nos aspectos biológicos da criança, esquecendo-se que elas têm subjetividade própria e que estão inseridas em contextos variados que envolvem questões familiares, sociais, socioeconômicas e educacionais. Sendo assim, a sociedade culpabiliza o indivíduo por suas dificuldades, isentando as outras esferas, como a social, política e educacional, da responsabilidade sobre ele, pois ao considerar tais dificuldades como um aspecto orgânico da criança, os contextos nos quais ela está inserida ficam eximidos de qualquer incumbência como, por exemplo, a escola, que se desresponsabiliza quanto ao método de ensino ou qualquer outra limitação que possa existir neste contexto (SIQUEIRA, 2015; FARIA, 2018; GOMES; MAGALHÃES, 2018).

Em consequência disso, a medicalização infantil cresce de maneira exacerbada, tentando assim silenciar a criança e seus possíveis sintomas reflexos de suas relações interpessoais. Frente a isso, o psicólogo tem um papel muito importante, que é o de conscientizar pais e professores sobre os riscos dessa medicalização, muitas vezes desnecessária, procurando fazer com que a sociedade enxergue a criança para além de uma

patologia. E para isso, é necessário que profissionais da psicologia se posicionem e resistam a essa banalização da patologização infantil (PIOVEZZAN *et al.*, 2017).

### 2.3 METILFENIDATO (RITALINA) E SEUS EFEITOS

Dentre os medicamentos indicados para o tratamento do TDAH, o cloridrato de metilfenidato (Ritalina) é o mais procurado. Segundo Domitrovic e Caliman (2017) o consumo deste medicamento vem crescendo vertiginosamente no Brasil, tendo uma porcentagem de aumento de 775% até o ano de 2014. Este medicamento é um estimulante do sistema nervoso central que auxilia na melhora de algumas partes do cérebro que são menos ativas e, também na melhora da atenção e concentração, além de promover uma redução nos comportamentos impulsivos. Assim como outros medicamentos, a Ritalina pode provocar efeitos colaterais, desde os mais comuns até os mais graves, sendo os mais comuns: coriza, dor de garganta, boca seca, náusea, diminuição do apetite, nervosismo, dificuldades para adormecer, angústia emocional excessiva, inquietação entre outras (NOVARTIS, 2012).

Além dos efeitos citados anteriormente, a medicalização pode acarretar alguns prejuízos na vida social da criança como: prejudicar o desenvolvimento da subjetividade, rejeição, isolamento social, rotulação, introjeção da patologia, que pode fazer com que ela se desresponsabilize, atribuindo seus fracassos à sua condição de “doente” (SILVA; HOLANDA; XIMENES, 2017; COUTINHO; CORREIO, 2018).

Apesar de haver vários argumentos que pesam contra a medicalização infantil, há autores que discordam e ressaltam os pontos positivos. Segundo Frias e Costa (2013), o aumento da comercialização do metilfenidato pode significar um maior acesso ao diagnóstico e ao tratamento que antes estaria prejudicando os portadores do TDAH. Eles destacam também que ao invés de estigmatizarem, o uso do medicamento auxiliaria na reconstrução da autoestima da criança e, quanto ao argumento dos efeitos indesejados, os autores evidenciam que qualquer medicamento pode ocasionar reações adversas e que o metilfenidato é uma das medicações mais eficazes para o tratamento do TDAH.

Segundo Martins *et al.* (2015) vários são os efeitos positivos provenientes do uso do metilfenidato, dentre os quais é possível destacar: melhora nas alterações do sono, na desatenção, hiperatividade, coordenação motora e impulsividade. Na tentativa de obter efeitos imediatos nos comportamentos dos seus filhos, os pais buscam na medicalização das crianças

um alívio rápido para as queixas apresentadas, esquecendo assim dos efeitos em longo prazo que o metilfenidato pode provocar no desenvolvimento delas (MARTINHAGO, 2018).

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa se caracteriza como uma revisão bibliográfica, que buscou realizar um levantamento de artigos na língua portuguesa publicados no período entre 2015 a 2019, com intuito de investigar sobre o TDAH, e a patologização infantil. Se caracteriza ainda como de natureza descritiva, pois segundo Gil (2002), se define por descrever as características de uma determinada população, podendo também oferecer uma nova visão acerca do problema. Este trabalho se classifica como sendo do tipo qualitativo e o método utilizado foi o indutivo, pois leva a prováveis conclusões partindo-se das premissas em que se basearam (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Foram utilizados 19 artigos retirados da base de dados de Periódicos de Universidades, Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC), e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) que se apresentaram dentro das limitações do tema, e teve como critérios de inclusão artigos publicados na língua portuguesa, no período entre 2015 a 2019. Para além dessas fontes, foram utilizadas outras referências que tratam do tema, e que abordam a questão sobre o TDAH, a patologização e medicalização infantil.

Para análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, que é uma técnica cujo objetivo é inferir conhecimentos relacionados às condições de produção, através de indicadores (BARDIN, 2016). A partir da análise dos artigos selecionados surgiram as seguintes categorias: TDAH: uma construção organicista X sócio histórica, Patologização infantil: o olhar vigilante da escola sob as crianças e Metilfenidato: uma estratégia para padronização do comportamento.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nesta parte do trabalho são apresentados e discutidos os resultados obtidos através da revisão bibliográfica. Abaixo serão apresentados os artigos utilizados nesta pesquisa, retirados das bases de dados de Periódicos de Universidades, Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC), e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), publicados no período entre 2015 a 2019.

<b>ANO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR (S)</b>
2015	Patologização da Infância e Medicalização da Vida: os (des) caminhos das políticas sociais.	Garcia, R. M.; Junior, N. G. S. A. S.
2015	Metilfenidato em crianças no Brasil: análise crítica de publicações científicas de 2004 a 2014.	Martins, F. A. G., <i>et al.</i> ,
2015	Os significados do TDAH em discursos de docentes dos anos iniciais.	Silva, S. P.; Santos, C. P.; Filho, P. O.
2015	A cultura da medicalização na infância.	SIQUEIRA, L. C. S.
2016	Uma crítica à produção do TDAH e a administração de drogas para crianças.	Cruz, B. A. <i>et al.</i> ,
2016	O caso Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a medicalização da educação: uma análise a partir do relato de pais e professores.	Cruz, M. G. A.; Okamoto, M. Y.; Ferraza, D. A.
2016	Algumas experiências profissionais acerca da construção do diagnóstico do TDAH.	Schicott, R. V. O.; Abrão, J. L. F.; Júnior, S. A. G.
2016	Transtorno de Déficit de Atenção e hiperatividade: implicações para a constituição leitora do aprendiz.	Signor, R. C. F.
2017	As controvérsias sócio históricas das práticas farmacológicas com o metilfenidato.	Domitrovic, N.; Caliman, L. V.
2017	TDAH: Transtorno, Causa, Efeito e Circunstância.	Fernandes, C. T.; Marcondes, J. F.
2017	Aspectos Terapêuticos do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH.	Ferreira, S. S.; Santos, T. S.; Ribeiro, P. D.
2017	O discurso da medicalização na infância: desafios ao campo da psicologia escolar.	Piovezzan, K., <i>et al.</i> ,
2017	A medicalização da educação: implicações para a constituição do sujeito/aprendiz.	Signor, R. C. F.; Berberian, A. P.; Santana, A. P.
2017	Uma reflexão sobre o TDAH e o uso de medicalização.	Silva, D. C.; Holanda, M. J. B.; Ximenes, A. N.
2018	Medicalização no ambiente escolar.	Cheffer; M. H.; Rodrigues, R. M.; Conterno, S. F. R.
2018	Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: os desdobramentos do diagnóstico na vida escolar da criança.	Coutinho, D. P.; Correio, M. F. S. S.
2018	Medicalização da Infância: patologização e rotulação na alfabetização.	Faria, S. E. F.
2018	A medicalização da infância na educação.	Gomes, B. C. S.; Magalhães, F. C.
2018	TDAH e Ritalina: neuronarrativas em uma comunidade virtual da Rede Social Facebook.	Martinhago, F..

**Quadro 1:** Artigos utilizados na pesquisa



#### 4.1 TDAH: UMA CONSTRUÇÃO ORGANICISTA X SÓCIO HISTÓRICA

Nesta categoria apresenta-se a conceitualização acerca do TDAH a partir de duas vertentes distintas: organicista X sócio histórica. Dentre e os 19 artigos utilizados para análise do tema, foi constatado que 6 descreviam o TDAH a partir da vertente organicista e 2 referenciavam a partir da vertente sócio histórica. A partir disso pode-se perceber que o modelo organicista está muito presente nos discursos acerca do TDAH, já a vertente sócio histórica ainda é pouco vista nas discussões.

Atualmente o TDAH é um dos transtornos que mais tem sido diagnosticados em crianças no Brasil e, diante desse elevado número de diagnósticos, várias discussões acerca do tema vêm sido levantadas, pois há divergências de pensamentos quanto à sua definição e caracterização. Há pesquisadores que definem o TDAH como de caráter neurológico e outros como uma construção social, levando-se assim a duas vertentes, sendo respectivamente: a vertente organicista e a vertente sócio histórica (SIGNOR, 2016).

Segundo a vertente organicista, o TDAH é um transtorno neurobiológico advindo de causas orgânicas, ou seja, há uma relação entre a neuroquímica cerebral, a genética e o comportamento, que é apresentado pelo indivíduo (CRUZ; OKAMOTO; FERRAZA, 2016; SCHICOTTI, ABRÃO, JÚNIOR, 2016). Corroborando com o que estes autores trazem, Silva, Holanda e Ximenes (2017) apontam o TDAH como neurobiológico, cujas principais características são hiperatividade, impulsividade e desatenção, sendo estas percebidas ainda na infância e progredindo durante a vida adulta.

Consonante ao descrito anteriormente, Fluentes *et al* (2014), apontam características deste transtorno, como as alterações nas funções executivas, que englobam o conjunto de habilidades da cognição. Estas alterações podem ser percebidas através de dificuldades como: regulação de expectativas, interrupção ou mudança de resposta (impulsividade motora), manutenção da memória operacional, entre outras. Ainda segundo estes autores, a incapacidade de interrupção de uma resposta prestes a ser executada e a limitação quanto à memória operacional, são as dificuldades mais constantes no TDAH.

Em contrapartida ao que se propõem o modelo organicista, a vertente sócio histórica busca pautar a caracterização do transtorno como uma construção advinda das relações sociais em que o indivíduo é inserido, pois os sintomas podem estar relacionados a um sofrimento enfrentado pelo sujeito. Ainda segundo essa vertente, os critérios diagnósticos utilizados pelo modelo organicista são inconsistentes, pois descrevem o transtorno como orgânico, mas as

características estão relacionadas aos comportamentos, que podem sofrer interferência do ambiente em que as crianças estão inseridas (SIGNOR, 2016; SIGNOR; BERBERIAN; SANTANA, 2017).

Em consonância ao que os autores anteriormente pontuam, Cruz *et al* (2016), complementam discorrendo sobre como problemas de ordem familiar, social, econômica e cultural tem sido deslocadas para o âmbito individual, encobrendo-se assim possíveis sofrimentos da criança como: conflitos familiares, dificuldades financeiras, vulnerabilidade social, entre outros, e desconsiderando o sujeito enquanto possuidor de uma história e de singularidades e subjetividades.

#### 4.2 PATOLOGIZAÇÃO INFANTIL: O OLHAR VIGILANTE DA ESCOLA SOB AS CRIANÇAS

Nesta categoria discorre-se sobre a patologização infantil a partir do que foi constatado nos artigos analisados, sendo que dentre os 19 artigos, 10 abordavam sobre este tema. Percebe-se com isso uma grande preocupação em torno das patologias diagnosticadas em crianças, o que está cada vez mais presente na sociedade atual.

Crianças que apresentam comportamentos que destoam do esperado, geralmente são categorizadas em algum tipo de transtorno, e isso faz com que se criem estereótipos em relação a esses indivíduos. Esse modo de classificar o sujeito como “fora do padrão” evidencia uma lógica patologizante, a qual provém de vários contextos em que a criança está inserida, como familiar e social, mas sobretudo do contexto educacional (CHEFFER; RODRIGUES; CONTERNO, 2018).

A escola tem tido cada vez mais um olhar clínico sob os alunos, criando-se discursos patologizantes, que enfatizam aspectos biológicos do sujeito, ou seja, considera-se somente a criança e sua patologia (SIQUEIRA, 2015). Em consequência disso o indivíduo é culpabilizado por suas dificuldades, principalmente as de aprendizagem, fazendo com que assim questões relacionadas às interações familiares, sociais, práticas pedagógicas e políticas educacionais, não sejam problematizadas, ou seja, há um silenciamento de demandas da esfera social e um evidenciamento de “problemas” individuais (SILVA; SANTOS; FILHO, 2015; CRUZ *et al.*, 2016).

Em razão a essa patologização infantil, diversas consequências podem ser observadas na vida da criança, como a estigmatização, o isolamento social, a baixa autoestima, a

desmotivação escolar, além da medicalização infantil, que pode provocar efeitos colaterais como: alterações no apetite, do sono e de humor, dores de cabeça, entre outros (SCHICOTTI; ABRÃO; JÚNIOR, 2016; CRUZ *et al.*, 2016; SIGNOR; BERBERIAN; SNATNA, 2017).

#### 4.3 METILFENIDATO: UMA ESTRATÉGIA PARA PADRONIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO

Nesta categoria descreve-se sobre o uso do metilfenidato e suas consequências no tratamento do TDAH a partir dos artigos analisados. A partir dessa análise, percebe-se como este tema tem sido alvo de discussões, pois dentre os 19 artigos analisados, 13 abordavam sobre a medicalização infantil.

O metilfenidato é um estimulante do sistema nervoso central que auxilia na redução da hiperatividade, impulsividade e desatenção, contribuindo também para um melhor rendimento escolar. Seu consumo tem crescido vertiginosamente no Brasil (DOMITROVIC; CALIMAN, 2017). Segundo Frias e Costa (2013), este aumento na comercialização e consumo deste medicamento se dá ao fato de se ter maior acessibilidade ao diagnóstico e tratamento, e seus efeitos vão além dos citados anteriormente, pois auxilia também na reconstrução da autoestima da criança e na melhora da aprendizagem.

Contrapondo-se ao que os autores dizem, Cruz *et al* (2016) pontuam que os efeitos adversos se sobressaem aos efeitos desejados, pois o uso do metilfenidato pode provocar reações como alterações do sono, alucinações, prejuízos cognitivos, apatia, quietude entre outros. Coutinho e Correio (2018) ainda apresentam prejuízos à vida social da criança, como rotulação, rejeição, isolamento social. Em busca de sanar as dificuldades dos filhos e o sofrimento da família, os pais procuram na medicação uma forma imediata de solucionar o “problema”, esquecendo assim das reações adversas que o uso deste medicamento pode causar futuramente (MARTINHAGO, 2018).

A escola também se torna responsável neste processo de medicalização da infância, já que muitas vezes é a partir do olhar vigilante dos professores que as crianças são classificadas com transtornos, provocando assim uma adequação aos comportamentos esperados pelos docentes. Diante de discussões como essa é possível perceber que o metilfenidato tem sido utilizado como forma de padronizar comportamentos considerados inadequados, frente à sociedade e principalmente às instituições educacionais (CRUZ; OKAMOTO; FERRAZA, 2016).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto pode-se inferir que apesar das controvérsias existentes entre as definições acerca do TDAH, a patologização está impregnada nos discursos sociais, educacionais e científicos, classificando-se assim os indivíduos que apresentarem características diferentes às consideradas como socialmente adequadas, ocorrendo então a medicalização do sujeito. Desta forma os pressupostos da pesquisa foram confirmados, pois a medicalização e patologização das crianças vem aumentando. Este trabalho contribui para uma reflexão acerca da banalização da patologização infantil, visto que crianças estão sendo categorizadas e conseqüentemente medicalizadas, em busca do encaixe dentro do comportamento considerado padrão, produzindo uma massificação de corpos patologizados, esquecendo-se que estes indivíduos têm sua própria subjetividade.

Diante disso é importante ressaltar o papel do psicólogo frente a essa patologização infantil, visto que este profissional deve ter um olhar crítico quanto a essa prática patologizante e medicalizante, considerando a criança enquanto sujeito inserido histórica e socialmente, com suas singularidades e subjetividades. É também papel do psicólogo orientar pais e professores sobre as conseqüências dessa patologização e medicalização infantil, buscando assim fazer com que a sociedade considere a criança como um ser imerso a redes de significações, e que a partir destas, ela vai se constituindo.

Esta pesquisa teve como limitações artigos publicados na língua portuguesa, no período entre 2015 a 2019, e que abordam a questão sobre o TDAH, a patologização e medicalização infantil. Diante do exposto, sugere-se para futuras pesquisas que sejam feitas entrevistas com professores para investigar o índice de alunos diagnosticados com TDAH, que fazem uso de medicamentos como o metilfenidato e como esse uso é visto por estes profissionais.

## REFERÊNCIAS

APA, American Psychiatric Association. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM-5*. Tradução Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.*; revisão técnica: Arsitides Volpato Cordioli *et al.*,. Artmed. Porto Alegre, 5ª edição 2014. Disponível em <<https://www.psychiatry.org/psychiatrists/practice/dsm/updates-to-dsm-5/updates-to-dsm-5-criteria-text>>. Acesso em: 14 de abr. 2019.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 70ª ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2016.

CHEFFER; M. H.; RODRIGUES, R. M.; CONTERNO, S. F. R. Medicalização no ambiente escolar. *Revista Latino Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 04, nº 01, jan/abr 2018. Disponível em <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/854>>. Acesso em: 10 de fev. 2019.

COUTINHO, D. P.; CORREIO, M. F. S. S. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: os desdobramentos do diagnóstico na vida escolar da criança. *Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 3, nº 6, jul/dez 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/16018>>. Acesso em: 10 de fev. 2019.

CRUZ, B. A. *et al.*. Uma crítica à produção do TDAH e a administração de drogas para crianças. *Revista Estudos de Psicologia*, v. 21, nº 3, p. 282-292, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-294X2016000300282&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-294X2016000300282&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 05 de out. 2019.

CRUZ, M. G. A.; OKAMOTO, M. Y.; FERRAZA, D. A. O caso Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a medicalização da educação: uma análise a partir do relato de pais e professores. *Interface Comunicação Saúde Educação*, v. 20, nº 58, p. 703-714, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141432832016000300703&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141432832016000300703&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 17 de fev. 2019.

DOMITROVIC, N.; CALIMAN, L. V. As controvérsias sócio-históricas das práticas farmacológicas com o metilfenidato. *Revista Psicologia e Sociedade*, v. 29, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-71822017000100243&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-71822017000100243&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em 05 de out. 2019.

FARIA, S. E. F. Medicalização da Infância: patologização e rotulação na alfabetização. *Universidade Federal Fluminense – UFF*, 2018. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/329844229\\_MEDICALIZACAO\\_DA\\_INFANCIA\\_PATOLOGIZACAO\\_E\\_ROTULACAO\\_NA\\_ALFABETIZACAO](https://www.researchgate.net/publication/329844229_MEDICALIZACAO_DA_INFANCIA_PATOLOGIZACAO_E_ROTULACAO_NA_ALFABETIZACAO)>. Acesso em: 15 de mar. 2019.

FERNANDES, C. T.; MARCONDES, J. F. TDAH: Transtorno, Causa, Efeito e Circunstância. *Revista de Ensino e Educação de Ciências Humanas*, v. 18, nº 1, p. 48-52, 2017. Disponível em: <<http://revista.pgsskroton.com.br/index.php/ensino/article/view/4561>> Acesso em: 24 de mar. 2019.

FERREIRA, S. S.; SANTOS, T. S.; RIBEIRO, P. D. Aspectos Terapêuticos do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH. *Interdisciplinary Scientific Journal*, v. 4, nº 5, p. 118-134, out/dez 2017. Disponível em: <<http://revista.srvroot.com/linkscienceplace/index.php/linkscienceplace/article/view/471>>. Acesso em 24 de mar. 2019.

FLUENTES, D., et al. *Neuropsicologia teoria e prática*. 2º ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FRIAS, L.; COSTA, A. J. Os Equívocos e Acertos da Campanha “Não à Medicalização da Vida”. *Revista Psicologia em Pesquisa*, v. 7, nº 1, p. 3-12, jan/jun 2013. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S198212472013000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S198212472013000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 07 de abr. 2019.

GARCIA, R. M.; JUNIOR, N. G. S. A. S. Patologização da Infância e Medicalização da Vida: os (des) caminhos das políticas sociais. *VII Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 25-28 Agosto, São Luis, Maranhão, 2015. Disponível em: <[www.joinpp.ufma.br/pdf/seixo4](http://www.joinpp.ufma.br/pdf/seixo4)>. Acesso em: 07 de abr. 2019.

GIL, A. C.. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, B. C. S.; MAGALHÃES, F. C. A medicalização da infância na educação. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 2, p. 314-327, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2336>>. Acesso em 14 de abr. 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5º ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

MARTINHAGO, F.. TDAH e Ritalina: neuronarrativas em uma comunidade virtual da Rede Social Facebook. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 23, nº 10, p. 3327-3336, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S141381232018001003327&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S141381232018001003327&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 08 de jun. 2019.

MARTINS, F. A. G., et al.,. Metilfenidato em crianças no Brasil: análise crítica de publicações científicas de 2004 a 2014. *Revista Neurociências*, v. 23, nº 2, p. 190-204, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/8022>>. Acesso em 14 de abr. 2019.

NOVARTIS. *Ritalina*: comprimidos 10mg. Farmacêutico Responsável: VS Giraldi. São Paulo. Biociências S.A, {s.d.}. Bula de remédio.

PIOVEZZAN, K., et al.,. *O discurso da medicalização na infância*: desafios ao campo da psicologia escolar. On-line. Várzea Grande, 2017. Disponível em: <<http://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/87>>. Acesso em: 05 de mai. 2019.

SCHICOTT, R. V. O.; ABRÃO, J. L. F.; JÚNIOR, S. A. G. Algumas experiências profissionais acerca da construção do diagnóstico do TDAH. *Revista de Psicologia*, v. 28, nº 1, p. 55-62, 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scileo.php?pid=S198402922016000100055&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scileo.php?pid=S198402922016000100055&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em 05 de outubro de 2019.

SIGNOR, R. C. F. Transtorno de Déficit de Atenção e hiperatividade: implicações para a constituição leitora do aprendiz. *RBLA*, v. 16, nº 3, p. 309-334, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198463982016000300309&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198463982016000300309&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 05 de out. 2019.

SIGNOR, R. C. F.; BERBERIAN, A. P.; SANTANA, A. P. A medicalização da educação: implicações para a constituição do sujeito/aprendiz. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 43, nº 3, p. 743-763, São Paulo, 2017. Disponível em: [http://scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022016005007101&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022016005007101&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 05 de out. 2019.

SILVA, D. C.; HOLANDA, M. J. B.; XIMENES, A. N. Uma reflexão sobre o TDAH e o uso de medicalização. *Revista Filosofia Capital*, v. 12, p. 74-83, 2017. Disponível em: <<http://www.filosofiacapital.org/ojs-2.1.1/index.php/filosofiacapital/article/view/370>> Acesso em: 05 de mai. 2019.

SILVA, S. P.; SANTOS, C. P.; FILHO, P. O. Os significados do TDAH em discursos de docentes dos anos iniciais. *Revista Pro-Posições*, v. 26, nº 2, p. 205-221, mai/ago 2015. Disponível em <[scielo.br/pdf/pp/v26n2/0103-7307-pp-26-02-0205.pdf](http://scielo.br/pdf/pp/v26n2/0103-7307-pp-26-02-0205.pdf)> Acesso em 05 de outubro de 2019.

SIQUEIRA, L. C. S. *A cultura da medicalização na infância*. On-line. Ijuí, 2015. Disponível em <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/3431>>. Acesso em: 05 de mai. 2019.